



Julho/2015



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**Concurso Público para provimento de cargos de  
Técnico Ministerial  
Diligências e Apoio Administrativo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Português

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

"O ar da cidade liberta", diz um provérbio alemão do fim da Idade Média. Depois, no início do século 20, pensadores como Georg Simmel e Walter Benjamin mostraram como a grande cidade, lugar da massa, é, paradoxalmente, o lugar da individualidade. Pois, no contexto de comunidades pequenas, a liberdade individual está sempre tolhida pelo olhar e julgamento do vizinho. Já na cidade, ao contrário, o sujeito é anônimo na multidão, por isso está livre para ser ele mesmo, isto é, ser outro, aquilo que não se esperaria dele.

Toda a graça da cidade, assim, repousa no fato de que ela existe para dar espaço à individualidade, não ao individualismo. Lugar da coletividade, ela se funda sobre as noções de comum e de público. Na cidade, vivemos com uma multidão que não escolhemos. A boa convivência com esses outros depende da aceitação da diferença como algo estruturante. Aqui está o ponto crucial. A aceitação radical da diferença supõe a empatia, mas não a simpatia nem a recusa. É o que Richard Sennett, em "Juntos", define como conversa dialógica. Uma conversa que não supõe concordância total, mas uma gestão orquestrada de conflitos.

Daí que o atributo essencial de um espaço público vivo seja o conflito, não a falsa harmonia. Igualmente, o temor da violência urbana, pretensamente protegido atrás de muros e cercas elétricas, aparentemente não enxerga o quanto acaba sendo, ele mesmo, produtor de violência, pois a cidade não pode ser segura apenas para alguns. Sua lição histórica é a de que a defesa do interesse individual não deve ser antagônica a uma visão solidária da coletividade.

(Adaptado de: WISNIK, Guilherme. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/>)

1. O paradoxo mencionado no texto, relacionado à vida na grande cidade, refere-se ao fato de que
- (A) nela, embora haja a presença de multidões, o indivíduo não está seguro contra a violência, mesmo atrás de aparatos de segurança.
  - (B) ela, apesar da presença das grandes multidões, é um local propício à manifestação da individualidade.
  - (C) o espaço democrático que lhe é característico exige do indivíduo simpatia e concordância com as ideias do outro.
  - (D) os bens que deveriam ser da coletividade não estão, nesse espaço, disponíveis a todos os seus moradores.
  - (E) nela, o encontro de pessoas de diferentes culturas e etnias pressupõe o fomento à solidariedade.

2. O elemento que justifica a flexão do verbo em destaque está sublinhado em:

- (A) Toda a graça da cidade, por isso, **repousa** no fato de que ela existe para dar espaço à individualidade...
- (B) Sua lição histórica é a de que a defesa do interesse individual não **deve** ser antagônica a uma visão solidária...
- (C) A boa convivência com esses outros **depende** da aceitação da diferença como algo estruturante.
- (D) Pois, no contexto de comunidades pequenas, a liberdade individual **está** sempre tolhida pelo olhar e julgamento...
- (E) Lugar da coletividade, ela se funda sobre as noções de comum e de público.

3. Considerando a correção e as relações de sentido estabelecidas no texto, afirma-se corretamente:

- (A) O sinal indicativo de crase é facultativo e pode ser inserido no elemento sublinhado em: a defesa do interesse individual não deve ser antagônica a uma visão solidária da coletividade.
- (B) Sem prejuízo do sentido original, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após "multidão" em: Na cidade, vivemos com uma multidão que não escolhemos.
- (C) No segmento ...o sujeito é anônimo na multidão, por isso está livre para ser ele mesmo..., o elemento em destaque pode ser substituído por "conquanto".
- (D) O elemento sublinhado em Uma conversa que não supõe concordância total... introduz uma restrição ao termo imediatamente anterior.
- (E) O elemento sublinhado em Daí que o atributo essencial de um espaço público vivo seja o conflito indica a continuação de uma ideia e pode ser substituído por "então".

4. De acordo com o texto, o atributo essencial de um espaço público urbano é

- (A) a solidariedade.
- (B) a harmonia.
- (C) a simpatia pelo outro.
- (D) a defesa do interesse coletivo.
- (E) o conflito.

5. Está gramaticalmente correta a redação que se encontra em:

- (A) As sociedades cada vez mais complexas que se vê hoje nas grandes cidades, parecem ter menos habilidade para lidar com a imigração, que, no entanto, marca a vida moderna.
- (B) Alguns entendem que a mistura de classes sociais, culturas, línguas, etnias e religiões encontrados na cidade sejam o melhor antídoto que se inventou contra a intolerância.
- (C) Enquanto o consumo, balizado pelo poder aquisitivo, costuma tender à desigualdade, a política existe para garantir que um local público, como uma praça, por exemplo, seja de fato para o uso da coletividade.
- (D) Sempre houve conflito entre os diversos grupos sociais, contudo hoje manifestam-se, de acordo com o pensador Richard Sennett, como uma espécie de indiferença pelo outro, como se o diferente simplesmente não existisse.
- (E) Podem haver, na modernidade, sociedades cujas massas são invisíveis para as elites, mas os diversos grupos que as compõem, por sua vez, vem se tornando mais distantes e menos capazes de interagir entre si.



**Atenção:** Considere o poema abaixo para responder às questões de números 6 a 8.

*O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,*

*Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia*

*Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.*

*O Tejo tem grandes navios*

*E navega nele ainda,*

*Para aqueles que veem em tudo o que lá não está,*

*A memória das naus.*

*O Tejo desce de Espanha*

*E o Tejo entra no mar em Portugal*

*Toda a gente sabe isso.*

*Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia*

*E para onde ele vai*

*E donde ele vem*

*E por isso, porque pertence a menos gente,*

*É mais livre e maior o rio da minha aldeia.*

*Pelo Tejo vai-se para o Mundo*

*Para além do Tejo há a América*

*E a fortuna daqueles que a encontram*

*Ninguém nunca pensou no que há para além*

*Do rio da minha aldeia.*

*O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.*

*Quem está ao pé dele está só ao pé dele.*

(Alberto Caeiro)

6. Depreende-se do poema

- (A) o apego sentimental do poeta pelo rio pouco conhecido que passa pela sua aldeia.
- (B) a veneração do poeta pelo Tejo, cuja notoriedade percorre diversos países.
- (C) a nostalgia do poeta em relação ao rio de sua terra natal, apesar de estar próximo ao Tejo.
- (D) a melancolia do poeta diante da pequenez do rio de sua aldeia em comparação ao Tejo.
- (E) a grandeza do Tejo, que, no entanto, torna-se pequeno se comparado ao vasto oceano que leva à América.

7. *E o Tejo entra no mar em Portugal*

O elemento que exerce a mesma função sintática que o sublinhado acima encontra-se em

- (A) *a fortuna.* (4ª estrofe)
- (B) *A memória das naus.* (2ª estrofe)
- (C) *grandes navios.* (2ª estrofe)
- (D) *menos gente.* (3ª estrofe)
- (E) *a América.* (4ª estrofe)

8. O elemento que NÃO é um pronome está sublinhado em:

- (A) *E a fortuna daqueles que a encontram*
- (B) *Porque o Tejo não é o rio que corre...*
- (C) *Para aqueles que veem em tudo...*
- (D) *Ninguém nunca pensou no que há...*
- (E) *O Tejo é mais belo que o rio...*

### Prática Cartorária

**Atenção:** Responda às questões de números 9 a 12 de acordo com a Resolução do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça nº 004/2013.

9. De acordo com a mencionada Resolução: *Em caso de evidência de que os fatos narrados não configuram lesão aos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável, se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou, ainda, se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, indeferirá o pedido constante da notícia de fato, em decisão fundamentada, da qual se dará, em caso de ter-se originado através de representação, ciência pessoal ao representante e ao representado.* Do indeferimento

- (A) caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 10 dias, a contar da respectiva ciência.
- (B) não caberá qualquer recurso por expressa vedação.
- (C) caberá pedido formal de revisão, no prazo de 48 horas, a contar da respectiva ciência.
- (D) caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 15 dias, a contar da respectiva ciência.
- (E) caberá pedido formal de revisão, no prazo de 5 dias, a contar da respectiva ciência.

10. No tocante ao inquérito civil, considere:

- I. O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, bem como para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.
- II. O inquérito civil será instaurado por meio de portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, autuada e registrada.
- III. Se, no curso do inquérito civil, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo apurado, o membro do Ministério Público não poderá aditar a portaria inicial, devendo determinar a extração de peças para instauração de outro inquérito civil.
- IV. No curso do inquérito civil público poderão ser realizadas audiências públicas. Os resultados das audiências públicas não vinculam a atuação do Ministério Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



11. Determinado inquérito civil foi arquivado em razão do convencimento da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública. Após 10 meses do referido arquivamento, foram descobertas novas provas. Neste caso,
- (A) deverá ocorrer o desarquivamento de ofício do inquérito civil, independentemente de manifestação do Conselho Superior do Ministério Público.
  - (B) será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas.
  - (C) deverá ocorrer o desarquivamento do inquérito civil, se aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, no prazo máximo de 15 dias contados do pedido de desarquivamento formal.
  - (D) deverá ocorrer o desarquivamento do inquérito civil, se aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, no prazo máximo de 30 dias contados do pedido de desarquivamento formal.
  - (E) deverá ocorrer o desarquivamento do inquérito civil, se aprovado pelo Procurador Geral de Justiça, no prazo máximo de 30 dias contados do pedido de desarquivamento formal.
- 
12. De acordo com a mencionada Resolução: *Tramitação como procedimento administrativo os procedimentos destinados ao acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de fatos e instituições e de políticas públicas, bem como os demais procedimentos que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico.* O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de
- (A) 6 meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante despacho fundamentado.
  - (B) 1 ano, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante despacho fundamentado.
  - (C) 2 anos improrrogáveis.
  - (D) 6 meses, podendo ser prorrogado por igual período quantas vezes forem necessárias, mediante despacho fundamentado.
  - (E) 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período quantas vezes forem necessárias, mediante despacho fundamentado.

### Legislação Específica Aplicada ao Ministério Público da Paraíba

**Atenção:** Responda às questões de números 13 a 16 de acordo com a Lei Complementar nº 97/2010 (Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba).

13. O Corregedor-Geral do Ministério Público
- (A) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral no curso de seu mandato e até 1 ano após o seu término no órgão correicional.
  - (B) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral apenas no curso de seu mandato.
  - (C) poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral tanto no curso de seu mandato como no término no órgão correicional.
  - (D) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral no curso de seu mandato e até 2 anos após o seu término no órgão correicional.
  - (E) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral no curso de seu mandato e até 3 anos após o seu término no órgão correicional.
- 
14. O Procurador-Geral de Justiça será assessorado pelo Primeiro e Segundo Subprocuradores-Gerais de Justiça, pelo Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo Secretário de Planejamento e Gestão e por uma Assessoria Técnica, constituída de até seis membros. O Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça e o Secretário de Planejamento e Gestão são escolhidos livremente pelo Procurador-Geral de Justiça,
- (A) podendo a escolha recair sobre bacharéis em direito ou em administração, com o mínimo de 5 anos de experiência em Administração pública.
  - (B) devendo a escolha recair obrigatoriamente dentre Procuradores ou Promotores de Justiça titulares da mais elevada entrância.
  - (C) podendo a escolha recair sobre bacharéis em direito ou em administração, com o mínimo de 10 anos de experiência em Administração pública.
  - (D) devendo a escolha recair obrigatoriamente dentre Procuradores de Justiça titulares da mais elevada entrância.
  - (E) podendo a escolha recair, somente para o Secretário de Planejamento e Gestão, sobre bacharéis em direito, com o mínimo de 5 anos de experiência em Administração pública.
- 
15. Aos membros do Ministério Público serão deferidas verbas remuneratórias e indenizatórias. Dentre as verbas remuneratórias, está
- (A) a licença especial convertida em pecúnia.
  - (B) a diária.
  - (C) a ajuda de custo para mudança e transporte.
  - (D) o auxílio alimentação.
  - (E) a prestação de serviço à Justiça Eleitoral, na forma legal.



16. Soraya e Felícia são membros do Ministério Público do Estado da Paraíba. Soraya deixou de prestar informação solicitada pela Administração Superior do Ministério Público e Felícia não guardou segredo sobre assunto de caráter sigiloso que conhecia em razão do cargo. Nestes casos, considerando que Soraya nunca teve qualquer penalidade disciplinar e que Felícia já foi condenada a pena de advertência por negligência no cargo ocupado, Soraya e Felícia estão sujeitas a penalidade de
- (A) censura.
  - (B) advertência e censura, respectivamente.
  - (C) censura e demissão, respectivamente.
  - (D) advertência e suspensão de até 90 dias, respectivamente.
  - (E) suspensão de até 60 dias.

**Atenção:** Responda às questões de números 17 a 20 de acordo com a Lei nº 10.432/2015 que dispõe sobre o regime jurídico, os cargos, a carreira e a remuneração dos servidores públicos do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado da Paraíba.

17. Fica suspenso o interstício para a movimentação na carreira, nas hipóteses de
- I. suspensão do vínculo funcional.
  - II. afastamento para exercer atividade política ou mandato eletivo.
  - III. licença para tratar de interesse particular.
  - IV. exercício de cargo de provimento em comissão do quadro dos servidores de carreira do Ministério Público do Estado da Paraíba.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
  - (B) I e II.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) I, II e IV.

18. Marta, Clara e Agnaldo são servidores públicos efetivos do Ministério Público do Estado da Paraíba. Ontem nasceu a filha de Marta; Clara deu a luz a um casal de gêmeos na semana passada e a esposa de Agnaldo, atualmente desempregada, deu a luz a um natimorto. Neste caso, será devido auxílio natalidade
- (A) para Marta, Clara e Agnaldo, sendo que para Clara o valor será acrescido de 50% por nascituro.
  - (B) apenas para Marta e Clara, sendo que para Clara o valor será acrescido de 50% por nascituro.
  - (C) apenas para Marta e Clara na mesma proporção.
  - (D) para Marta, Clara e Agnaldo, na mesma proporção.
  - (E) para Marta, Clara e Agnaldo, sendo que para Clara o valor será acrescido de 30% por nascituro.

19. Janisse, servidora pública efetiva do Ministério Público do Estado da Paraíba faltou, por 62 dias, intercaladamente, durante o período de 12 meses. Janisse
- (A) não está sujeita a qualquer penalidade tendo em vista que não atingiu o limite mínimo de faltas.
  - (B) está sujeita a pena de demissão em razão da inassiduidade habitual.
  - (C) está sujeita exclusivamente a penalidade de suspensão de até 90 dias.
  - (D) está sujeita exclusivamente a penalidade de suspensão de até 60 dias.
  - (E) está sujeita exclusivamente a penalidade de advertência.

20. No tocante ao Processo Disciplinar, considere:
- I. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o presidente.
  - II. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.
  - III. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.
  - IV. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá cento e vinte dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II, III e IV.
  - (B) II e IV.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e III.
  - (E) I e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Considere:

- I. Pluralismo político.
- II. Soberania.
- III. Independência nacional.
- IV. Prevalência dos direitos humanos.
- V. Não-intervenção.

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios indicados APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III, IV e V.

22. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos é INCORRETO afirmar:

- (A) São assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
- (B) São assegurados, nos termos da lei, o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- (C) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- (D) A sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
- (E) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, sendo que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

23. No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, considere:

- I. São a todos assegurados, mediante o pagamento prévio de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- II. São a todos assegurados, mediante o pagamento prévio de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- III. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

24. De acordo com a Constituição Federal, a lei considera o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins crime

- (A) inafiançável e insuscetível apenas de anistia.
- (B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia.
- (C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- (D) imprescritível.
- (E) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia.

25. Para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou à entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural,

- (A) qualquer cidadão é parte legítima ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais, mas arcará com o ônus da sucumbência.
- (B) qualquer cidadão é parte legítima devendo, em regra, o autor efetuar o pagamento das custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (C) qualquer cidadão é parte legítima ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (D) o Ministério Público detém a competência exclusiva, sendo isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (E) tanto a pessoa física como a pessoa jurídica são partes legítimas devendo, em regra, o autor efetuar o pagamento das custas judiciais e do ônus da sucumbência.

26. As ações de *habeas corpus* e *habeas data*

- (A) não podem ser impetrados por pessoa jurídica.
- (B) são gratuitas.
- (C) são de competência originária do Supremo Tribunal Federal, independentemente da autoridade coatora.
- (D) são recorríveis através do recurso de apelação, apenas das decisões não concessivas.
- (E) são de competência originária do Superior Tribunal de Justiça, independentemente da autoridade coatora.

27. Viviane é viúva e tem quatro filhos e todos a ajudam financeiramente. Ronaldo, 17 anos, trabalha como empacotador no supermercado "Bom Amigo", Rodineia, 16 anos, trabalha como garçonete na lanchonete "Mais cinco", Kassia, 14 anos, é aprendiz de cozinheira e Linda, 13 anos, trabalha como aprendiz de corte e costura. Considerando que nenhum dos trabalhos é noturno, perigoso ou insalubre, a Constituição Federal está sendo respeitada para

- (A) Ronaldo e Kassia, apenas.
- (B) todos os filhos.
- (C) Ronaldo e Rodineia, apenas.
- (D) Ronaldo, Rodineia e Kassia, apenas.
- (E) Kassia, apenas.



28. No tocante a associação profissional ou sindical, considere:

- I. A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- II. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.
- III. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- IV. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

29. Considere as seguintes empresas:

- I. AB – 170 empregados e exerce suas atividades no ramo alimentício.
- II. CD – 205 empregados e exerce suas funções no ramo esportivo.
- III. EF – 255 empregados e exerce suas funções no ramo hoteleiro.
- IV. GH – 305 empregados e exerce suas funções no ramo escolar.

De acordo com a Constituição Federal, é assegurada a eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores,

- (A) nas empresas indicadas em III e IV, apenas.
- (B) nas empresas indicadas em II, III e IV, apenas.
- (C) em nenhuma das empresas, uma vez que elas não têm mais que 500 empregados.
- (D) apenas na empresa IV.
- (E) em nenhuma das empresas, uma vez que elas não têm mais que 400 empregados.

30. Eliane, filha de pais brasileiros, nasceu na Inglaterra quando seus pais estavam a serviço da República Federativa do Brasil. Pietro, filho de pais italianos, nasceu no Brasil quando seus pais estavam no país a serviço da Itália. Gabriela, filha de mãe brasileira e pai francês, nasceu na França quando sua mãe estava a serviço da República Federativa do Brasil. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal brasileira,

- (A) são brasileiros natos Pietro e Gabriela, apenas.
- (B) são brasileiros natos Eliane, Pietro e Gabriela.
- (C) são brasileiros natos Eliane e Gabriela, apenas.
- (D) são brasileiros natos Eliane e Pietro, apenas.
- (E) é brasileiro nato Pietro, apenas.

31. A imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis,

- (A) terá como consequência a declaração da perda da nacionalidade brasileira.
- (B) não terá qualquer consequência para efeito de nacionalidade.
- (C) terá como consequência a suspensão temporária da nacionalidade brasileira pelo prazo máximo de 5 anos.
- (D) terá como consequência a suspensão temporária da nacionalidade brasileira pelo prazo máximo de 3 anos.
- (E) terá como consequência a suspensão temporária da nacionalidade brasileira pelo prazo mínimo de 24 meses.

32. Considere:

- I. A nacionalidade brasileira.
- II. O domicílio eleitoral na circunscrição.
- III. A idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente.
- IV. A idade mínima de trinta anos para Prefeito.

De acordo com a Constituição Federal, são condições de elegibilidade, na forma da lei, as indicadas APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.

33. De acordo com o inciso VIII do artigo 5º da Constituição Federal, *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei*. A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa nos termos do referido artigo

- (A) acarreta a suspensão temporária dos direitos políticos pelo prazo máximo de 5 anos.
- (B) acarreta a perda dos direitos políticos.
- (C) não acarreta penalidade no tocante aos direitos políticos tratando-se de situações distintas.
- (D) acarreta a suspensão temporária dos direitos políticos pelo prazo máximo de 2 anos.
- (E) acarreta a suspensão temporária dos direitos políticos pelo prazo mínimo de 2 anos e máximo de 3.

34. Considere:

- I. Custas dos serviços forenses.
- II. Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- III. Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- IV. Populações indígenas.
- V. Direito penal.

De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre as matérias indicadas APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I, II, IV e V.



35. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. De acordo com a Constituição Federal, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, poderá ser
- (A) posto em disponibilidade com remuneração integral se tiver mais que 15 anos de tempo de serviço.
  - (B) posto em disponibilidade com remuneração integral, independentemente do tempo de serviço.
  - (C) reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.
  - (D) aproveitado em outro cargo, com direito a indenização em pecúnia arbitrada em salários mínimos.
  - (E) posto em disponibilidade com remuneração integral se tiver mais que 10 anos de tempo de serviço.
- 
- Noções de Direito Administrativo**
36. Juscelino, servidor público estadual e responsável pela condução de determinado processo administrativo, de caráter litigioso, constata causa de impedimento que o inviabiliza de conduzir o citado processo. No entanto, Juscelino queda-se silente e não comunica a causa de impedimento, continuando à frente do processo administrativo. Neste caso, configura violação ao princípio da
- (A) impessoalidade.
  - (B) publicidade.
  - (C) motivação.
  - (D) supremacia do interesse privado.
  - (E) presunção de veracidade.
- 
37. Considere a seguinte situação hipotética: Determinado órgão público do Estado da Paraíba nomeia Marcílio para cargo público inexistente. Nesse caso, o ato administrativo de nomeação apresenta vício de
- (A) motivo.
  - (B) forma.
  - (C) competência.
  - (D) objeto.
  - (E) mérito.
- 
38. Considere duas situações distintas:
- I. José, servidor público estadual e responsável pela condução de determinado processo administrativo, aplicou pena de advertência a servidor quando cabível a pena de suspensão.
- II. Josefina, servidora pública estadual, revogou ato de permissão de uso, sob o fundamento de que a Administração pública necessitava daquele bem público; no entanto, a seguir, permitiu o uso do mesmo bem a terceira pessoa.
- As situações narradas apresentam vício de
- (A) motivo e objeto, respectivamente.
  - (B) objeto e motivo, respectivamente.
  - (C) motivo em ambos os casos.
  - (D) forma e finalidade, respectivamente.
  - (E) objeto e sujeito, respectivamente.
- 
39. Pietra, servidora pública, apostilou determinado tema, apenas reconhecendo a existência de direito criado por norma legal. No que concerne às espécies de atos administrativos, a apostila citada corresponde a ato administrativo
- (A) ordinatório.
  - (B) normativo.
  - (C) negocial.
  - (D) punitivo.
  - (E) enunciativo.
- 
40. Lírio, Técnico do Ministério Público do Estado da Paraíba, praticou ato administrativo com vício de motivo. Logo após a prática do ato, constatou o vício nele presente e revogou-o com efeitos *ex tunc*. A propósito dos fatos,
- (A) o administrador público não pode revogar o ato, dependendo sempre do Poder Judiciário para tanto.
  - (B) o ato administrativo, com vício de motivo, não pode ser extirpado do universo jurídico com efeitos *ex tunc*.
  - (C) o vício de motivo admite a revogação do ato administrativo.
  - (D) a revogação sempre ocorre com efeitos *ex tunc*.
  - (E) não é cabível a revogação.
- 
41. Cindy, Técnica do Ministério Público do Estado da Paraíba, praticou determinado ato administrativo. Dias depois, foi procurada pelo particular Nuno, que comprovou ter o ato vício de finalidade, haja vista ter se distanciado da finalidade pública. Nesse caso, Cindy
- (A) deve anular o ato, que também pode ser anulado pelo Poder Judiciário.
  - (B) deve revogar o ato.
  - (C) deve manter o ato no mundo jurídico.
  - (D) deve comunicar o ocorrido ao seu superior hierárquico e, apenas este último, é que deverá revogar o ato.
  - (E) pode optar por anular ou manter o ato administrativo no mundo jurídico.
- 
- Atenção:** Responda às questões de números 42 a 45 com base na Lei nº 8.666/1993.
42. O Ministério Público do Estado da Paraíba pretende realizar licitação objetivando a construção de imóvel para abrigar a nova sede da Promotoria de Justiça de João Pessoa, sendo o valor da contratação estimado em um milhão de reais. A modalidade licitatória apropriada à hipótese, tendo em vista o valor da contratação, será
- (A) concurso.
  - (B) concorrência.
  - (C) convite.
  - (D) tomada de preços.
  - (E) leilão.
- 
43. O Ministério Público do Estado da Paraíba realizará licitação na modalidade convite para a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições, com emprego de mão de obra especializada, destinadas à Banca Examinadora, membros do Ministério Público e servidores das equipes técnica e administrativa, responsáveis pela realização de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público. No tocante às características do convite, é certo que
- (A) destina-se a interessados obrigatoriamente cadastrados.
  - (B) nos casos em que couber o convite, a Administração poderá utilizar a concorrência.
  - (C) os interessados são escolhidos e convidados em número mínimo de cinco pela unidade administrativa.
  - (D) destina-se a cadastrados que manifestem interesse com antecedência de até 4 horas da apresentação das propostas.
  - (E) nos casos em que couber o convite, não é possível a utilização da tomada de preços.





44. O Estado da Paraíba rescindiu contrato administrativo destinado à construção de obra pública, que havia sido firmado com a empresa "CONSTRUOBRA", em razão de inexecução contratual. Em virtude do ocorrido, o Estado da Paraíba pretende contratar o remanescente da obra. Nesse caso, a licitação é
- (A) inexigível, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitar as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- (B) inexigível, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior, e aceitar as condições oferecidas pelo licitante vencedor, exceto quanto ao preço, que deverá ser alterado em razão da nova situação fática.
- (C) obrigatória, devendo ser adotada a mesma modalidade licitatória realizada anteriormente.
- (D) dispensável, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitar as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, exceto quanto ao preço, que deverá ser alterado em razão da nova situação fática.
- (E) dispensável, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitar as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- 
45. A empresa XZ, interessada em determinado procedimento licitatório a ser realizado pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, pretende obter cópia autenticada do contrato administrativo. Nesse caso, é
- (A) permitida a obtenção da cópia, devendo ser fornecida gratuitamente pela Administração pública a quaisquer interessados.
- (B) vedada a obtenção da cópia, pois somente ao final do procedimento licitatório concede-se cópia autenticada do contrato administrativo.
- (C) permitida a obtenção da cópia, desde que a empresa pague os emolumentos devidos.
- (D) vedada a obtenção da cópia, pois somente é concedida aos licitantes e não a quaisquer interessados.
- (E) permitida a obtenção da cópia, desde que a empresa fundamente seu requerimento e obtenha decisão de deferimento pelo órgão máximo da Administração pública.
- 
- Atenção:** Responda às questões de números 46 a 50 de acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).
46. O Ministério Público do Estado da Paraíba ingressou com ação de improbidade administrativa contra Manoel, técnico daquele órgão, sob o fundamento de que o servidor público, no exercício de suas funções, teria concorrido para que terceiro enriquecesse ilicitamente. O juiz, ao sentenciar a demanda, entendeu estar provada, nos autos, a conduta culposa de Manoel. Nesse caso e, nos termos da Lei nº 8.429/1992, a sentença
- (A) excluirá Manoel da ação, por ser parte ilegítima.
- (B) será de improcedência, haja vista que, nesse caso, a culpa não enseja condenação por ato ímprobo.
- (C) condenará Manoel às sanções pela prática de ato ímprobo.
- (D) condenará Manoel a sanções administrativas, porém não decorrentes de ato ímprobo.
- (E) será de improcedência, tendo em vista a ilegitimidade do Ministério Público na hipótese.
- 
47. Julia, servidora pública, foi condenada pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública, sendo-lhe imposta, dentre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos por 4 anos. Cumpre salientar que a conduta praticada por Julia não causou prejuízo ao erário, nem enriquecimento ilícito. Nesse contexto, a conduta praticada por Julia consistiu em
- (A) frustrar a licitude de concurso público.
- (B) frustrar a licitude de processo licitatório.
- (C) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes.
- (D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- (E) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares.
- 
48. Uma das exigências contidas na Lei de Improbidade consiste na apresentação da declaração de bens do agente público dentro do prazo determinado pela Administração pública. Ângelo, agente público, recusou-se injustificadamente, a apresentá-la sendo punido com a pena de
- (A) repreensão.
- (B) suspensão por 90 dias.
- (C) advertência.
- (D) demissão.
- (E) suspensão por 30 dias.
- 
49. O juiz, após a propositura de ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, autou e ordenou a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, dentro do prazo de 15 dias. Recebida a manifestação, o juiz, em decisão fundamentada, recebeu a petição inicial e determinou a citação do réu para apresentar contestação. A decisão que recebe a petição inicial
- (A) não enseja recurso.
- (B) enseja recurso de agravo de instrumento.
- (C) enseja recurso de apelação.
- (D) somente se dá na hipótese de inadequação da via eleita.
- (E) somente se dá antes da apresentação da defesa preliminar, também denominada de defesa prévia.
- 
50. Claudia exerceu cargo em comissão de janeiro de 2008 a janeiro de 2010 e, em razão de conduta praticada no citado período, foi processada por improbidade administrativa, sendo a ação ajuizada em dezembro de 2014. Neste caso, a ação de improbidade administrativa
- (A) não está prescrita, por ser imprescritível.
- (B) está prescrita, pois deveria ter sido ajuizada até janeiro de 2012.
- (C) está prescrita, pois deveria ter sido ajuizada até janeiro de 2013.
- (D) não está prescrita, pois foi ajuizada dentro do prazo.
- (E) está prescrita, pois deveria ter sido ajuizada até janeiro de 2014.

**Código de Trânsito Brasileiro**

**Atenção:** Responda às questões de números 51 a 60 de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

<p>51. Paulo, durante o itinerário planejado, adentrou em uma via pública urbana de trânsito rápido, contudo não identificou qualquer sinalização regulamentadora de velocidade. Caso Paulo seja surpreendido, por instrumento ou equipamento hábil, transitando com velocidade de 100 km/h nesta via, Paulo</p> <p>(A) não cometeu infração de trânsito. (B) cometeu infração de trânsito gravíssima. (C) cometeu infração de trânsito grave. (D) cometeu infração de trânsito média. (E) cometeu infração de trânsito leve.</p>	<p>55. Ao adentrarem ao veículo, Agnaldo e o passageiro sentado ao seu lado colocaram o cinto de segurança. Outros dois passageiros, sentados no banco de trás, não estavam usando o cinto de segurança. Além disso, Agnaldo dirigia o veículo com o braço do lado de fora, sem que fizesse qualquer tipo de sinalização regulamentadora de braço. As ações praticadas por Agnaldo e pelos passageiros sentados no banco de trás, respectivamente, representam infrações de trânsito de natureza</p> <p>(A) leve e média, totalizando-se sete pontos. (B) gravíssima e grave, totalizando-se doze pontos. (C) média e média, totalizando-se oito pontos. (D) leve e grave, totalizando-se oito pontos. (E) média e grave, totalizando-se nove pontos.</p>
<p>52. Respeitando-se as condições operacionais de trânsito e da via, a velocidade mínima em uma rodovia cuja velocidade máxima permitida é de 120 km/h NÃO poderá ser inferior a</p> <p>(A) 60 km/h. (B) 55 km/h. (C) 50 km/h. (D) 45 km/h. (E) 30 km/h.</p>	<p>56. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, pode aplicar, às infrações nele previstas, a penalidade de suspensão do direito de dirigir. O condutor superaria a contagem de 20 pontos e teria a penalidade de suspensão, no período de 12 meses consecutivos, do direito de dirigir aplicada pela autoridade de trânsito nas seguintes infrações praticadas:</p> <p>(A) Estacionar o veículo ao lado de outro veículo em fila dupla; deixar de parar o veículo sempre que a respectiva marcha for interceptada por agrupamento de pessoas, como préstitos e passeatas; executar operação de retorno passando por cima de faixas de pedestres. (B) Atirar do veículo na via objetos ou substâncias; estacionar o veículo nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal; ultrapassar outro veículo pelo acostamento. (C) Estacionar o veículo nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal; estacionar o veículo sobre ciclovia ou ciclofaixa; estacionar o veículo na contramão de direção; deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança. (D) Estacionar o veículo ao lado de outro veículo em fila dupla; transitar pela contramão de direção em vias com sinalização de regulamentação de sentido único de circulação; estacionar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) a mais de um metro. (E) Transitar pela contramão de direção em vias com sinalização de regulamentação de sentido único de circulação; executar operação de retorno passando por cima de faixas de pedestres; ultrapassar outro veículo pelo acostamento.</p>
<p>53. Os sinais de trânsito são elementos de sinalização viária que se utilizam de placas, marcas viárias, equipamentos de controle luminoso, dispositivos auxiliares, apitos e gestos, destinados exclusivamente a ordenar ou dirigir o trânsito dos veículos e pedestres. Sobre a sinalização é correto afirmar:</p> <p>(A) As ordens do agente de trânsito prevalecerão sobre as normas de circulação e outros sinais. (B) As indicações dos demais sinais prevalecerão sobre as indicações do semáforo. (C) As indicações dos demais sinais prevalecerão sobre as ordens do agente de trânsito. (D) As indicações do semáforo prevalecerão sobre as ordens do agente de trânsito. (E) A ordem de prevalência é determinada pela autoridade de trânsito municipal.</p>	<p>57. Cristóvão não identifica nenhum local adequado para estacionar o veículo que conduz, porém, ao observar pelo retrovisor, visualiza outro veículo saindo de uma vaga há cerca de 200 metros a sua retaguarda. De imediato, aciona o pisca-alerta e, em seguida, acelera o veículo em marcha à ré em direção a uma vaga recém criada. Durante este percurso, diversos condutores de outros veículos buzina para Cristóvão como forma de alerta. As ações praticadas por Cristóvão representam infrações de trânsito de natureza</p> <p>(A) leve e gravíssima, totalizando-se 10 pontos. (B) média e grave, totalizando-se 9 pontos. (C) grave e leve, totalizando-se 8 pontos. (D) média e média, totalizando-se 8 pontos. (E) média e leve, totalizando-se 7 pontos.</p>
<p>54. Classificam-se os veículos quanto à categoria, entre outras, em</p> <p>(A) elétrico e de reboque. (B) de passageiros e de carga. (C) oficial e de representação diplomática e organismos internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro. (D) de coleção e de competição. (E) de propulsão humana e de tração animal.</p>	



58. Adalberto conduz um veículo transportando pessoas da cidade de Cabedelo para João Pessoa pela rodovia BR-230. No momento em que deseja ultrapassar o veículo que está transitando à sua frente em velocidade reduzida, utiliza a luz alta do veículo de forma ininterrupta como forma de advertir o condutor à frente. A ação praticada por Adalberto representa infração de trânsito de natureza

- (A) leve, computando-se 3 pontos.
- (B) grave, computando-se 5 pontos.
- (C) média, computando-se 4 pontos.
- (D) gravíssima, computando-se 7 pontos.
- (E) média, computando-se 5 pontos.

59. Sebastião está conduzindo, devidamente protegido com capacete, sua motocicleta pelas ruas de Campina Grande. Durante o percurso, depara-se com seu amigo Benedito empurrando sua motocicleta que apresentou problemas mecânicos. Diante das dificuldades do amigo, Sebastião resolveu ajudá-lo e amarrou, com uma corda, a motocicleta para rebocá-la até um local seguro. Considerando a situação descrita, Sebastião

- (A) cometeu infração de trânsito de natureza gravíssima em razão de rebocar outro veículo.
- (B) cometeu infração de trânsito de natureza leve em razão de rebocar outro veículo.
- (C) cometeu infração de trânsito de natureza média em razão de rebocar outro veículo.
- (D) cometeu infração de trânsito de natureza grave em razão de rebocar outro veículo.
- (E) não cometeu infração de trânsito em razão de rebocar outro veículo.

60. A penalidade de cassação do documento de habilitação será aplicada por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurando-se ao infrator amplo direito de defesa. O infrator poderá requerer sua reabilitação, submetendo-se a todos os exames necessários à habilitação, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito decorridos

- (A) 2 anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação.
- (B) 6 meses da cassação da Carteira Nacional de Habilitação.
- (C) 3 anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação.
- (D) 4 anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação.
- (E) 5 anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação.